

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

Arkley Marques Bandeira¹

Virginia Marques da Silva Neta²

Leonardo Silva Soares³

RESUMO: O ofício de ceramista é uma das atividades mais antigas entre os povos do mundo. Dominar a manipulação da argila envolveu durante milênios elementos técnicos, sociais e culturais, que estão presentes nas histórias e memórias das sociedades. Este artigo sintetiza o conhecimento até então produzido pelo projeto *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*. O objetivo central da pesquisa que ainda encontra-se em pleno desenvolvimento é o de aproximar a sociedade em geral, sobretudo, o público estudantil, de um ofício tradicional e de um modo de vida específico e diferenciado em relação ao seu universo social e cultural. Neste contexto, um dos traços culturais mais marcantes e que caracteriza a identidade dos habitantes de Itamatatiua é o ofício tradicional da cerâmica e o seu papel, enquanto mediador das relações sociais, culturais e econômicas da comunidade. A metodologia aplicada busca abordar a produção ceramista artesanal pelo viés cultural, histórico e tecnológico. A partir desta abordagem, estão sendo desenvolvidos temas geradores para se obter informações sobre a comunidade e o seu processo produtivo, enfocando a produção artesanal, o papel da cerâmica nas relações sociais e culturais, a temporalidade do ofício, o domínio das técnicas e do modo de fazer e como as ceramistas gostariam que os seus produtos alcancem o grande público. Como resultado, espera-se construir conhecimento sobre um dos principais suportes de memória e história ainda presentes no Maranhão, que é a cerâmica de Itamatatiua, desdobrando em uma ampla extroversão deste elemento como um bem cultural a ser preservado.

Palavras-chave: Cerâmica; Produção Artesanal; Quilombo; Itamatatiua; Maranhão.

AN ANCESTRAL KNOWLEDGE: ARTISANAL CERAMIST PRODUCTION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA

ABSTRACT: The craft of potter is one of the oldest activities among the peoples of the world. Mastering the manipulation of clay has involved technical, social and cultural elements for millennia, which are present in the histories and memories of societies. This article summarizes the knowledge produced by the project *An ancestral knowledge: documentation and extroversión of artisanal ceramic production in the quilombola community of Itamatatiua, Alcântara - MA*. The main objective of the research, which is still in full development, is to bring society in general, especially the

¹ Doutor em Arqueologia (MAE-USP), Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Universidade Federal do Maranhão (Campus São Luís – Dom Delgado). E-mail: arkleybandeira@gmail.com

² Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Mestra em Arqueologia e Bacharel em Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí, Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: virginiarqueo@gmail.com

³ Pós Doutor em Planejamento Ambiental e Geoecologia da Paisagem (UFCE), Docente do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: leonardoufma85@gmail.com

student public, closer to a traditional craft and a specific and differentiated way of life in relation to its social and cultural universe. In this context, one of the most striking cultural traits that characterizes the identity of the inhabitants of Itamatatiua is the traditional craft of ceramics and its role as a mediator of the community's social, cultural and economic relations. The applied methodology seeks to approach artisanal ceramic production from a cultural, historical and technological point of view. From this approach, generating themes are being developed to obtain information about the community and its production process, focusing on artisanal production, the role of ceramics in social and cultural relations, the temporality of the craft, the mastery of techniques and the to do and how potters would like their products to reach the general public. As a result, it is expected to build knowledge about one of the main supports of memory and history still present in Maranhão, which is the ceramics of Itamatatiua, unfolding in a wide extroversion of this element as a cultural asset to be preserved.

Keywords: Ceramics; Craft Production; Quilombo; Itamatatiua; Maranhao.

UN SABER ANCESTRAL: LA PRODUCCIÓN CERÁMICA ARTESANAL EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA

RESUMEN: El oficio de alfarero es una de las actividades más antiguas entre los pueblos del mundo. Dominar la manipulación del barro ha involucrado elementos técnicos, sociales y culturales durante milenios, que están presentes en las historias y memorias de las sociedades. Este artículo resume el conocimiento producido por el proyecto Un saber ancestral: documentación y extroversión de la producción artesanal de cerámica en la comunidad quilombola de Itamatatiua, Alcântara - MA. El principal objetivo de la investigación, que aún se encuentra en pleno desarrollo, es acercar a la sociedad en general, en especial al público estudiantil, a un oficio tradicional y a un modo de vida específico y diferenciado en relación con su universo social y cultural. En este contexto, uno de los rasgos culturales más llamativos que caracteriza la identidad de los habitantes de Itamatatiua es la artesanía tradicional de la cerámica y su papel como mediador de las relaciones sociales, culturales y económicas de la comunidad. La metodología aplicada busca abordar la producción cerámica artesanal desde un punto de vista cultural, histórico y tecnológico. A partir de este enfoque se están desarrollando temas generadores para obtener información sobre la comunidad y su proceso productivo, centrándose en la producción artesanal, el papel de la cerámica en las relaciones sociales y culturales, la temporalidad del oficio, el dominio de las técnicas y el hacer y cómo les gustaría a los alfareros que sus productos lleguen al público en general. Como resultado, se espera construir conocimiento sobre uno de los principales soportes de la memoria y de la historia aún presente en Maranhão, que es la cerámica de Itamatatiua, desarrollándose en una amplia extroversión de este elemento como bien cultural a ser preservado.

Palabras llave: Cerámica; Producción artesanal; quilombo; Itamatatiua; Maranhão.

Introdução

A manufatura cerâmica e o ofício ceramista estão entre as atividades mais antigas da humanidade. Dominar a técnica de fabricação de artefatos, a partir da manipulação da argila envolve elementos técnicos e simbólicos, portanto, sociais e

Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

culturais, que estão presentes nas histórias e memórias das sociedades ao longo dos milênios.

A palavra cerâmica é oriunda do grego “*keramikós*”, que significa argila queimada, sendo empregada, atualmente para designar o produto gerado pela manipulação e queima da argila, sem importar o tipo de tecnologia empregada, seja ela roletada, modelada ou moldada.

A manipulação das matérias-primas utilizadas na fabricação das peças de barro, principalmente a argila, a água e outros minerais, vegetais e biominerais aditivos envolve saberes ancestrais passados de geração em geração, que permitem conhecer comportamentos sociais relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais disponíveis para a transformação e utilização pelas pessoas.

Descobertas empíricas após longos momentos de experimentação ajudam a perceber permanências e rupturas nas técnicas e tecnologias empregadas pelos grupos ceramistas ao longo dos séculos, bem como as habilidades coletivas e individuais que envolvem uma mescla de elementos que são utilizados na montagem dos artefatos.

A distribuição e o consumo dos produtos daí resultantes permitem conhecer as redes de trocas e os laços sociais, baseados em economias regionais. O emprego cotidiano e cerimonial da cerâmica permitem reconhecer esferas do comportamento simbólico e social, além da utilização, reutilização, abandono e descarte dos produtos.

Por se tratar de um dos produtos mais tangíveis e perenes das sociedades humanas, aliada a uma presença quase universal entre os povos, a cerâmica e o ofício de ceramista têm se transformado em objetos de investigação valiosos para as ciências humanas, especialmente para a arqueologia (ARNOLD, 1985).

A invenção da cerâmica tem frequentemente sido interpretada como um importante passo para a emergência de complexidade entre as sociedades (HOOPES, 1994). A manufatura dos objetos de barro apresenta sensíveis singularidades que caracterizam o sistema tecnológico dos grupos humanos. Além disso, atua como um excelente indicador das condições estruturais, permitindo ascender a distintas instâncias da totalidade social e o modo de vida dos povos estudados.

A argila, principal matéria-prima para fabricação da cerâmica, começou a ser mais amplamente manipulada por caçadores-coletores complexos e não sedentários no final do Pleistoceno e início do Holoceno, entre 13 e 10 mil anos atrás, em áreas com

abundância de recursos, especialmente em zonas ribeirinhas e costeiras tropicais e subtropicais, como parte de um processo mais geral de intensificação social e de recursos (RICE, 1999).

As condições tecnológicas da cerâmica informam sobre as particularidades de obtenção, manipulação, tratamento e utilização das matérias-primas, que englobam as relações dos povos com seu objeto de trabalho, mediante o processo produtivo, ao passo que o estudo das formas permite conhecer os elementos de caráter funcional, como os modos e meios de produção e sua correlação com padrões estéticos (SALAS, 2005).

No Maranhão, o ofício ceramista é um dos mais antigos do Brasil e esteve associado em seus primórdios a povos pré-coloniais que habitaram a Ilha de São Luís, principalmente nas bacias dos rios Bacanga e Anil e nas áreas das praias. Estes povos viviam da pesca e da coleta de frutos do mar.

A este respeito, Bandeira (2013) descobriu sítios arqueológicos denominados sambaquis⁴, com artefatos cerâmicos datados de até 6.600 anos atrás, que demonstram, inequivocamente que a manufatura cerâmica no Maranhão é um saber ancestral.

A partir deste período esta tecnologia se disseminou entre outros povos e no momento da chegada dos primeiros colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XVII, a cerâmica estava presente em quase todos grupos indígenas conhecidos arqueologicamente e etnograficamente. Neste contexto, os objetos cerâmicos eram utilizados para preparar, estocar e servir alimentos, a exemplo de panelas, alguidares, vasos fundos e rasos. Também foram descobertos adornos decorativos, instrumentos para tecelagem e urnas funerárias, denotando um emprego generalizado entre os grupos mais antigos.

Com a presença europeia, novos objetos cerâmicos foram introduzidos no cotidiano da Colônia, sendo, inclusive, adotados pelos povos indígenas, a exemplo de pratos, recipientes para beber líquidos, bilhas, etc. Além disso, a chegada de muitos africanos escravizados agregou ao ofício ceramista técnicas desconhecidas que foram incorporadas e partilhadas entre os indígenas do Brasil, resultando em uma cerâmica

⁴ O pesquisador André Prous definiu etimologicamente que a “palavra sambaqui seria derivada de tamba (marisco) e Ki (amontoamento) em Tupi” (1992, p.204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

genuína, denominada de *neobrasileira*, que reunia características indígenas, africanas e europeias.

A industrialização e o acesso globalizado aos bens de consumo foram cruciais para o abandono de muitos ofícios tradicionais, inclusive, o ceramista. A fabricação de objetos com outras matérias-primas, a exemplo dos vidros e metais e, mais recentemente, em plástico, bem como a facilidade de aquisição destes produtos, deterioraram e desestruturaram práticas artesanais muito antigas, inclusive entre os povos tradicionais.

Atualmente, pouquíssimos grupos permaneceram fabricando objetos cerâmicos no Maranhão. Dentre as etnias indígenas, a exemplo dos Guajajara, Awá-Guajá, Urubu-Kaapor, Canela Apaniekrá, Canela Ramkokamekrá, Canela Pukobyê (gavião), Krikati e Timbira Krepu'Kateyé, nenhuma delas permaneceu manufaturando cerâmica em tempos recentes.

Nos núcleos coloniais mais antigos do Estado, apenas algumas comunidades no vale do Itapecuru ainda permanecem elaborando objetos cerâmicos utilitários. E dentre os povos remanescentes de afrodescendentes, pouquíssimas comunidades quilombolas dominam as técnicas artesanais da cerâmica. Neste sentido, Itamatatiua, em Alcântara - MA constituiu-se um campo de pesquisa extremamente importante, pois trata-se de uma das últimas comunidades quilombolas do Brasil a manter o ofício artesanal de manufatura cerâmica.

Diante do exposto, o projeto de pesquisa *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*⁵ vem investigando a cadeia operatória do ofício artesanal de ceramista, encarando-o como um modo de fazer que carrega consigo aspectos intangíveis extremamente relevantes para compreender a história, memória e a cultura deste grupo quilombola, tratando-se, portanto de uma referência cultural de caráter imaterial a ser melhor investigada.

Aspectos Conceituais

⁵ Esta pesquisa compõe um programa de estudo maior, associado ao grupo de pesquisa *Arqueologia e estudos do patrimônio na e da Baixada e Reentrâncias Maranhenses*, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, que vem estudando sistematicamente os suportes de história e memória, materializados nos bens de interesse histórico e cultural, sejam eles patrimonializados ou não. *Humana Res*, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

As temáticas que envolvem o patrimônio cultural imaterial, também denominado de intangível ficaram por muitas décadas relegadas aos estudos de folclore e a cultura popular, à sombra da presença física dos patrimônios culturais materiais ou tangíveis.

Uma nova perspectiva surgiu, a partir da década de 1970, em torno da noção de *referência cultural*, que promoveu importantes reflexões na prática preservacionista em curso. Neste contexto, se consolidou a ideia de que a construção dos patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm os bens culturais, conferindo, portanto, critérios de valor e significado (SANT’ANNA, 2006).

Segundo Oosterbeek (2004), este valor não tem uma precificação de mercado, mas pelo contrário, seria um suporte a qual recorreremos, como já faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. Ou seja, ele é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos.

Esta nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas, de que os bens culturais dignos de valor e de patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada as elites de origem europeia.

Neste caminho, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todas as matrizes sociais e culturais formadoras do povo brasileiro, especialmente as referências vinculadas as etnias indígenas, aos grupos quilombolas, as comunidades tradicionais e as classes populares, em geral.

Neste contexto, a noção de referência cultural trouxe no seu cerne indagações sobre quem teria maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir quais valores e em nome de que interesses e de quais grupos (LONDRES, 2000).

Esta mudança de paradigma também foi estimulada por uma nova perspectiva mundial relacionada às políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial liderada pela UNESCO, sobretudo, após a publicação da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972; a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989, a *Declaração Universal da*

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002.

Estes documentos deram robustez para construção e aprovação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 2003, ao tratar especificamente da imaterialidade da cultura e ao considerar a importância deste componente para a diversidade dos povos e a garantia de desenvolvimento sustentável e do fortalecimento das identidades dos povos.

Buscando desconstruir a dicotomia comumente observada entre o patrimônio material e imaterial⁶, o referido documento ressaltou a profunda interdependência que existe entre ambos, ponderando que os processos de globalização e de transformação social podem gerar fenômenos de intolerância com a diversidade, colocando em risco o patrimônio cultural imaterial (UNESCO, 2006).

Para fazer frente a esta situação, a UNESCO propôs a elaboração de legislações específicas por parte dos Estados membros, aliando instrumentos de proteção e salvaguarda⁷, bem como estimulando a criação de fundos de investimento para promoção de inventários de pesquisa, fortalecimento de instituições para gestão do patrimônio cultural imaterial, transmissão desse patrimônio para o amplo público, dentre outros aspectos.

O Brasil se antecipou as recomendações da UNESCO, com a promulgação do Decreto nº 3.551, de 2000, que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Além disso, a própria organização do patrimônio cultural brasileiro é ainda mais antiga, remetendo-se ao Decreto-Lei nº 25, de 1937.

Não obstante, esta temática só ganhou espaço na macropolítica com a promulgação da Constituição Federal, de 1988, sobretudo, o artigo 216 que considera como patrimônio cultural *os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à*

⁶ O Decreto-Lei n. 25, de 1937, promulgado por Getúlio Vargas, reconhece em seu Art. 1º que “constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, p.1). Este documento não faz menção aos aspectos imateriais presentes do patrimônio cultural.

⁷ A salvaguarda compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revita liza çã o deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006).

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo constituído pelas:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Neste bojo, a Carta Magna ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 1937, incorporando o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo, os de caráter imaterial, absorvendo o discurso do patrimônio cultural forjado no Ocidente e consolidando alguns valores e conceitos modernistas, voltados para a identificação e valorização da brasilidade (SALADINO, 2014).

Cabe ressaltar, que a categorização do patrimônio cultural material foi primeiramente referenciada no Art. 4º, do Decreto-Lei nº 25, que estabeleceu os 4 (quatro) Livros do Tombo, quais sejam: o arqueológico, paisagístico e etnográfico; o histórico; o de belas artes e o das artes aplicadas. Tais categorias podem ser exemplificadas pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Por sua vez, o Decreto 3.551, em seu Art. 1º, § 1º, também estabeleceu os 4 (quatro) livros de registro para o patrimônio cultural imaterial, sendo constituídos pelo Livro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e o Livro dos Lugares,

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2006)⁸.

Portanto, as quatro dimensões do patrimônio imaterial devem representar as diferentes identidades formadoras do Brasil, alicerçada na diversidade cultural do país, na continuidade histórica e na relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, não fazendo mais sentido a divisão clássica entre bens de natureza tangível e intangível.

Diante do exposto, estes bens dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Para a UNESCO (2006, p. 4), este conceito envolve:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Mais recentemente, o Maranhão como ente federado brasileiro fez o seu papel e sancionou a Lei nº 10.514, de 2016, que *Dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e dá outras providências*. Trata-se de uma adaptação ao Decreto nº 3.551, fortalecimento a proteção legal em esfera estadual.

A partir disto, além da proteção federal, os bens culturais imateriais do Maranhão conta com dispositivos regionais de salvaguarda, considerando as práticas, representações, expressões, comportamentos e técnicas, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade maranhense e que, por registro como patrimônio cultural imaterial, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, visando à sua preservação.

⁸ Neste mesmo Decreto, foram criados outros instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a exemplo do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Programa de Patrimônio Imaterial, bem como o Departamento de Patrimônio Imaterial, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006).

Além disso, o Estado passou a fortalecer ainda mais os bens imateriais, criando o Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão para apoiar e cooperar com a preservação do patrimônio cultural imaterial do Estado.

Diante do panorama explicitado, ganhou robustez nos estudos culturais a noção de referência cultural⁹. Este conceito implicou em uma nova visão de proteção, salvaguarda, divulgação e gestão do patrimônio cultural imaterial, pois ressaltou a importância da participação ativa das comunidades na definição e implementação das ações de cunho patrimonial, pois o princípio da preservação patrimonial pauta-se no compartilhamento das responsabilidades e das ações.

Neste contexto, a patrimonialização dos bens culturais passou de uma decisão eminentemente técnica, feita por “especialistas”, para uma decisão coletiva e dialogada, cujo foco é o anseio da comunidade que está envolvida com àquela expressão e/ou manifestação cultural.

Sobre esse aspecto, Sant’Anna (2006, p. 9) comentou:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera.

Na prática, este novo modelo não deve ser simplificado, pois requer ações processuais e dialógicas de longa duração, sendo essencial a criação e o fortalecimento de mecanismos de contato e aproximação com os atores sociais, especialmente os que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem os bens culturais.

E quais seriam estes mecanismos?

Segundo a Convenção da UNESCO os principais instrumentos de acautelamento para o patrimônio cultural imaterial seriam a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização e a transmissão (UNESCO, 2006). Nesta mesma linha, o IPHAN (2000) reconheceu que a ação

⁹ A expressão referência cultural tem sido utilizada, sobretudo, em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Esta perspectiva plural de algum modo veio descentralizar os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumam nortear as interpretações e as ações no campo da preservação de bens culturais (IPHAN, 2000).

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

preservacionista é constituída por quatro pilares: conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção. Portanto, o conhecer é o primeiro passo para salvaguardar as referências culturais imateriais.

O Projeto De Pesquisa e a Área De Estudo

A comunidade quilombola de Itamatatiua é um dos maiores povoados do município de Alcântara – Maranhão. Ela está situada entre as Reentrâncias Maranhenses e a Baixada Maranhense, distando cerca 90 km de São Luís, 50 km de Alcântara, sendo formada por 113 famílias e 450 habitantes. Itamatatiua tem cerca de 315 anos e, segundo Oosterbeek e Reis (2012), sua fundação ainda é muito discutida na comunidade. Contudo, a documentação informa que as origens do povoamento remetem a existência de uma fazenda da Ordem Carmelita na região, que, após o declínio do período escravocrata, foi extinta e as terras remanescentes foram deixadas para a população afrodescendente, que iniciaram a ocupação da área. Para a região foram trazidos africanos das etnias Banto e Mina-Jeje. A indicação do município de Alcântara é ilustrada na Figura 1:



Figura 1 – Município de Alcântara – MA, onde localiza-se a comunidade quilombola de Itamatatiua. Fonte: Google maps.

A territorialidade e o modo de vida quilombola são as características mais marcantes de Itamatatiua, com a existência de festas de santo, rodas de tambor, Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

agricultura de subsistência com a roça de coivara e a organização espacial da vila, com a igreja e o cemitério ocupando a porção central e mais alta da localidade e as casas dispostas em linha, ao longo de um caminho, além do importante festejo anual para sua padroeira, Santa Tereza D'ávila ou Santa Tereza de Jesus, realizado no mês de outubro.



Figura 2 – Vista aérea da Comunidade quilombola de Itamatatiua. Foto: Leonardo Soares, 2017.

Os bens de interesse cultural da comunidade são formados por lugares e espaços sagrados (cemitério, igreja, casas de farinha, Fonte do Chora, Pedra de Encantaria e outros), marcos toponímicos, além do ofício artesanal da cerâmica, objeto de pesquisa deste projeto. Como também, destacam-se as celebrações, rezas, crenças, festas de santo, tambores, dentre outros na esfera do intangível.

Diante deste cenário, este autor vem desenvolvendo junto a esta comunidade um projeto de pesquisa com uma forte interface com a extensão *Um saber ancestral: documentação e extroversão da produção ceramista artesanal na comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara – MA*¹⁰.

Esta iniciativa vem construindo uma rede de relações e entendimentos sobre um dos principais suportes de memória e história ainda presente na região, que é o ofício ceramista e a manutenção de uma tecnologia imemorial de fabricação, que se utilizam de matérias-primas locais coletadas em um amplo território, que aglutina as fontes de argila, as áreas para coleta do *taquipé*, caminhos antigos, dentre outros.

¹⁰ Em junho de 2017, este Projeto foi contemplado pelo Edital Fapema 03/2017 – Programa de Apoio a o Patrimônio Imaterial do Maranhão – Processo 02016/17 - Termo: 015219/2017, favorecendo a construção de importantes ações para o ano de 2018.

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

Neste sentido, os principais aspectos que vêm sendo abordados na pesquisa são a produção artesanal, o papel da cerâmica nas relações sociais e culturais, a temporalidade do ofício, o domínio das técnicas e do modo de fazer e as expectativas das comunitárias de Itamatatiua acerca do alcance de seus produtos cerâmicos para o grande público.

No âmbito da documentação, apesar da cerâmica ser a materialização de uma ação, os domínios que envolvem a sua produção artesanal se ancoram em experimentações, transmissões, aperfeiçoamentos, dedicação, valorização, significação, manutenção, temporalidades, memórias, identidades e histórias, aspectos que se situam no universo do intangível e do imaterial.

Portanto, a perspectiva adotada foca o ofício ceramista e os produtos daí advindos como referências culturais para a comunidade de Itamatatiua. Logo, é importante investigar como ocorrem essas marcas distintivas entre os sujeitos envolvidos no processo.

Logo, compreender o modo artesanal de se fazer cerâmica como uma referência cultural significa dirigir o olhar para as representações que se materializam em uma “identidade ceramista” no território em foco, inclusive nas correlações com outros aspectos culturais relacionados à paisagem, às edificações aos “fazeres” e os “saberes”, as crenças, as celebrações, os hábitos, etc.

Neste contexto, a pesquisa com o patrimônio imaterial não pode abrir mão da participação ativa e colaborativa da comunidade envolvida com as manifestações culturais. É ela que essencialmente deve ter voz na construção do conhecimento e nos apontamentos do que deve ser referenciado como relevante a ser salvaguardado. Portanto, esses sujeitos têm um papel não apenas de informantes, como também de intérpretes de seu patrimônio cultural.

Quando se trata da identificação, patrimonialização e proteção das referências culturais, a ação colaborativa é essencial para legitimar quais são as manifestações culturais mais significativas, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo (IPHAN, 2006).

Neste contexto, as ceramistas de Itamatatiua são participes ativas na construção da pesquisa, não apenas como simples interlocutoras ou informantes, visto que o ato de identificar as referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a

construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural no sentido de representá-lo (IPHAN, 2000).

Nas palavras de Londres (2000, p. 20) seria:

Identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Apesar de Itamatatiua ter sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, que enfocaram distintas temáticas, a exemplo do modo de vida quilombola, territorialidade, celebrações, festas de santos, dentre muitos outros, a manufatura cerâmica só foi abordada parcialmente, especialmente pelo viés econômico, estético e funcional ou como um elemento a mais vinculado aos estudos naquela comunidade.

Apesar disto, é ponto inconteste que um dos aspectos mais relevantes é o ofício tradicional da cerâmica e o seu papel identitário e mediador das relações sociais, culturais e econômicas entre os habitantes de Itamatatiua, especialmente entre as mulheres (GRIJÓ, BERARDO, MENDONÇA, 2009; PEREIRA, 2011; JUNIOR, 2011, 2012; OOSTERBEEK, REIS, 2012; FERREIRA, 2012; CESTARIA, SANTOS, CARACAS, 2016).

Diante desta constatação, a pesquisa vem investigando o ofício ceramista, a partir de uma visão integrada entre a Antropologia, História e Arqueológico, com vistas a identificar os aspectos que tornaram este modo de fazer uma referência cultural para os habitantes de Itamatatiua. A partir disto, o ofício da cerâmica vem sendo compreendido como um motor das relações sociais, culturais e simbólicas da comunidade, concatenando o conhecimento já existente com os resultados obtidos, a partir deste novo olhar.

Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa nasceu de uma atividade de extensão denominada de *Vivências Patrimoniais*, idealizada pelo autor, que envolve o corpo discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Campus da UFMA – Pinheiro.

As vivências patrimoniais são estratégias de ensino para envolver os discentes em torno do ofício ceramista, e a partir deste elemento, irradiar as percepções para

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

outros aspectos do universo observado. Além disso, foram desenvolvidos temas geradores abertos, que atuaram como um roteiro para obtenção de informações junto as ceramistas. Os temas foram divididos entre as equipes de pesquisa, que também ficaram responsáveis pela elaboração e aplicação dos questionários.

Os resultados foram tão exitosos, que os discentes demandaram um maior aprofundamento da pesquisa, envolvendo outros aspectos do ofício ceramista e suas relações com a comunidade, justificando a construção de um objeto de investigação mais estruturado e global, que possa se desdobrar em monografias e projetos de pós-graduação.

No projeto em foco, a metodologia de pesquisa está estruturada a partir do seguinte problema: como o ofício da manufatura cerâmica tornou-se uma referência cultural para a comunidade de Itamatatiua?

De acordo com este tema gerador a estratégia metodológica adotada consiste em uma pesquisa etnográfica¹¹ com a realização de um *Inventário de Conhecimento ou Varredura*, instrumento desenvolvido pelo IPHAN, no âmbito da política nacional de patrimônio imaterial (IPHAN, 2000).

No método etnográfico, a pesquisa está estruturada com base nos seguintes eixos:

- ✓ Pesquisa de campo (conduzida no local em que as pessoas convivem e socializam);
- ✓ Levantamento Multifatorial (uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados);
- ✓ Método Indutivo (acumulo descritivo em detalhe);
- ✓ Visão Holística (retrato mais completo possível do grupo em estudo, considerando a visão do pesquisador e do pesquisado).

Em relação ao inventário, Soares (2009, p. 286) o conceitua:

O inventário é indicado nominalmente em dispositivo constitucional como um dos instrumentos para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. É um instrumento de proteção dos bens materiais e

¹¹ A pesquisa etnográfica fundamenta-se na inserção do pesquisador em um campo diferente, do ponto de vista cultural, de seu próprio *habitat* durante um longo período. A prática etnográfica consiste basicamente em estabelecer relações, selecionar informantes e tentar salvar o dito em um discurso social em formas pesquisável (SOUSA; BARROSO, 2008). Nele, o pesquisador exerce a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas como uma das mais relevantes técnicas.

imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, pode ser feito por entes públicos e privados, com adoção de metodologia pré-determinada pelo órgão cultural ou com o uso de metodologia desenvolvida por outros experts ou profissionais que lidem com patrimônio cultural.

O Inventário de Conhecimento ou Varredura é qualquer estudo que vise conhecer o universo de um bem cultural de determinada região, podendo relacionar-se a um determinado tema, funcionando como um mapeamento abrangente, cujo objetivo final é o conhecimento, salvaguarda e proteção. Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, ele exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica (IPHAN, 2006).

A realização de um Inventário depende de que se definam e se tipifiquem de antemão as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes, que no caso em questão é o ofício da manufatura artesanal da cerâmica.

Neste projeto, o inventário focaliza as dimensões apreensíveis sobre o ofício, a exemplo dos documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como os depoimentos e as narrativas orais que explicitem quais os aspectos mais relevantes para grupo social, quando se pensa as suas referências em relação a manufatura ceramista. Este é o primeiro nível da realidade a ser inventariada.

Não obstante, a metodologia de pesquisa considera os objetos cerâmicos para além da sua materialidade, tentando evidenciar os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais de imediato (IPHAN, 2000).

A metodologia está estruturada em quatro etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação, indo de uma fase mais simples até a mais complexa, que em conjunto consistem no levantamento preliminar; identificação, documentação e extroversão, conforme detalhado a seguir:

Etapas 1 – Planejamento e preparação da pesquisa – Levantamento Preliminar

- ✓ Elaboração do plano de trabalho contemplando a organização das atividades da equipe, levantamento das fontes e definição das etapas de campo;
- ✓ Realização da pesquisa histórica, iconográfica, audiovisual e bibliográfica, consultando órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições e

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

entidades de pesquisa, Universidades, em especial o Arquivo Noronha Santos do IPHAN;

- ✓ Elaboração dos roteiros prévios de pesquisa;
- ✓ Agendamento de um calendário de trabalho com a comunidade ceramista de Itamatatiua para definição do roteiro da pesquisa.

Etapa 2 – Pesquisa de campo – Identificação e documentação

- ✓ Realização das reuniões preparatórias com os pesquisadores e a comunidade;
- ✓ Apresentação e adaptação da metodologia de Inventário de Conhecimento e Varredura, com o roteiro estruturado conjuntamente entre pesquisadores e comunidade para os fins desta pesquisa;
- ✓ Aplicação dos questionários aos atores sociais definidos previamente;
- ✓ Acompanhamento da produção ceramista em todas as suas fases.
- ✓ Produção da documentação fotográfica e audiovisual;
- ✓ Sistematização, organização e avaliação das informações levantadas em campo e da documentação reunida e produzida no processo das pesquisas, com o devido preenchimento de fichas, complementação e verificação do bem cultural inventariado;
- ✓ Validação das informações com a comunidade de Itamatatiua.

Etapa 3 – Exposição dos resultados - Extroversão

- ✓ Realização exposições itinerantes colaborativas e auto narrativas com a participação ativa das ceramistas de Itamatatiua em várias oportunidades.

Etapa 4 – Avaliação e redação do relatório

- ✓ Realização de reuniões avaliativas sobre as atividades realizadas e publicação dos resultados.

Resultados

Conforme demonstrado ao longo do texto, o trabalho em questão está em pleno desenvolvimento, tanto no aspecto do levantamento de informações, construção dos espaços colaborativos, percepção e mapeamentos de território, como também no que tange a construção do Inventário de Conhecimento e Varredura.

Por se tratar de uma atividade colaborativa, a dinâmica da pesquisa respeita o planejamento e os direcionamentos das ceramistas, sobretudo, quando a ação se relaciona com o deslocamento das mesmas da sua área de residência ou do galpão de trabalho. Neste sentido, as primeiras aproximações com a comunidade foram fundamentais para construir um diálogo em conjunto.

Já está em andamento os mapas de percepção da área de captação de argila, locais florestados para coleta da casca de árvore para uso como taquipé, bem como áreas de roçados, marcos topofílicos, caminhos antigos e identificação de áreas com assentamentos antigos e sítios arqueológicos, além da coleta de informações individuais e coletivas sobre os eixos da pesquisa.

Sobre a tecnologia cerâmica as observações empíricas vêm demonstrado que o modo de fazer cerâmica quilombola em Itamatatiua se assemelha bastante à tecnologia indígena brasileira, sobretudo, com o uso do roletes para construção e estruturação dos artefatos, técnica denominada de roletada ou acordelada. Além disso, muitas denominações ainda utilizadas pelas ceramistas no processo produtivo remetem a corruptelas ou adaptações de línguas do Tronco Tupi.

Tal situação é particularmente importante, visto que não existem populações indígenas auto reconhecidas ou oficiais na área da pesquisa. Logo, esses indícios vêm indicando fortes relações afro indígenas, que estão perpetuadas nos fazeres, nos modos de ocupação do território, no uso do espaço e nas tecnologias de cerâmica, cestaria, dentre outras, bem como no universo simbólico e nas religiosidades.

A este respeito, a presença de material arqueológico pré-colonial, especialmente lâminas de machados em rocha polida e fragmentos cerâmicos pintados vêm confirmando a presença indígena na região em tempos imemoriais. Não obstante, a confirmação de possíveis contatos inter-étnicos entre os primeiros quilombolas de Itamatatiua com grupos indígenas na região em período Colonial é uma hipótese ainda a ser testada.

Considerações Finais

Diante do exposto, seria redundante falar da relevância da temática abordada, sobretudo, pela participação ativa das ceramistas e no engrandecimento das referências culturais, étnicas e identitárias do povo maranhense. A este respeito, a construção de mecanismos de negociação e colaboração na construção de um conhecimento comum, Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

distante do academicismo tão presente nas instituições de ensino superior tem se mostrado uma ferramenta bastante eficaz para o empoderamento das ceramistas de Itamatatiua e para o reconhecimento de práticas ancestrais ainda resilientes no presente.

Apesar do estágio inicial do Projeto, muitos avanços e conquistas já foram alcançadas, conforme relatados ao longo do texto. Dentre eles, pode-se destacar a importância do reconhecimento e valorização do ofício ceramista, enquanto uma referência cultural desta comunidade quilombola e sua relevância como suporte de memórias, histórias e identidades.

O segundo aspecto recai sobre a região a ser estudada. A este respeito, Anjos (2009) registrou a existência de 181 comunidades quilombolas apenas em Alcântara, das cerca de 899 já conhecidas no Maranhão, sendo uma das regiões do Estado com o maior número destes territórios afro remanescentes. Neste contexto, o fato de Itamatatiua ser a única comunidade quilombola que ainda mantém o ofício ceramista é uma questão a ser mais bem trabalhada, documentada e promovida.

Outro aspecto envolve a comunidade em uma perspectiva colaborativa e ativa, principalmente na construção das referências culturais sobre o ofício da cerâmica. Mapear conjuntamente as percepções sobre a cerâmica como artesanato, ou objeto com valor social agregado, como mercadoria e/ou como suporte de histórias e memórias é um caminho ainda a ser percorrido pelas pesquisas na região.

Em relação a formação acadêmica dos discentes envolvidos no projeto, o contato com um universo até então desconhecido vem contribuindo para a formação profissional crítica, plural e multiétnica, sobretudo, por cumprir o recomendando pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 (Art. 26-A da LDB) e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação o ensino de Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena.

Referências

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARNOLD, Dean E. **Ceramic theory and cultural process**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BANDEIRA, Arkley Marques. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA**: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado). Humana Res, v. 1, n. 5, 2022, . ISSN: 2675-3901 p. 39 à 58, jan. a ago. 2022

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

CESTARI, Glauba Alves do Vale, SANTOS, Denilson Moreira, CARACAS, Luciana Bugarin. A produção cerâmica no quilombo de Itamatatua: interações entre artesanato tradicional e design com vistas à sustentabilidade. In SANTOS, Denilson Moreira et. al. (orgs.). **Artesanato no Maranhão**: práticas e sentidos. São Luís: Edufma, 2016.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva. **Nas tramas de Itamatatua**: as representações sociais da saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GRIJÓ, Wesley Pereira; BERARDO, Rosa Maria; MENDONÇA, Maria Luisa. A identidade na comunidade negra de Itamatatua sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais. **Anais do V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.

HOOPES, John. W. Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World, 6000-1500 B. C. In: **Journal of World Prehistory**. Vol. 8, Nº 4, 1994.

JUNIOR, David Pereira. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da Comunidade de Itamatatua – e Alcântara Maranhão. In MARTINS, Cynthia Carvalho *et al.* **Insurreição de saberes**: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2011.

_____. **Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense**. Dissertação de Mestrado. PROGRAMA DE Pós-Graduação em Antropologia – PPGA. Salvador: UFBA, 2012.

IPHAN. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

OOSTERBEEK, Luiz; Reis, Milena das Graças Oliveira. Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 7 – 15, jan./abr. São Luís: UFMA, 2012.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ** - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. I, n. 2. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 41-54, Jul/Dez 2004.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. **Mitos da cultura africana**: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2011.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1992.

RICE, Prudence. Pottery production, pottery classification, and the role of physicochemical analysis. In **Archaeological Ceramics**. OLIN, J. S.; FRANKLIN, A. D. (Eds.). Washington: Smithsonian Institution Press, 1982.

SALAS, Óscar. H. Jiménez. El analisis de la cerâmica en Mesoamérica: comentários sobre enfoques y metodologia. IN CARRIÓN, Beatriz Leonor Merino; COOK, Ángel Garcia (Orgs.). **La producción alfarera en el México antiguo I**. México D. F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2005.

SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, v, 26, n. 2. p. 40-58. São Paulo: SAB, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In Patrimônio Imaterial: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

SOARES, Inês Virgínia P. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, n. 12, v. 1, p. 150-155, 2008.

UM SABER ANCESTRAL: A PRODUÇÃO CERAMISTA ARTESANAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, ALCÂNTARA – MA

SOUZA, Marise C.de. Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. Victor H. Mori, Marise C. Souza, Rossano L. Bastos & Haroldo Gallo (orgs.). IPHAN: São Paulo, 2006.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, de 17 de outubro de 2003. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.